



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

Pandemia e o conceito de necropolítica no Brasil

Arthur Lemos Coutinho¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a presença do racismo como marcador decisivo na multiplicação de mortes na pandemia de Covid-19 no Brasil, sendo levada a cabo pelo projeto de necropolítica da gestão governamental do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse sentido, a partir da crise sanitária, a pandemia serviu como tecnologia de governo para o projeto de extermínio de Bolsonaro, impactando populações vulneráveis de maneira geral e a população negra de forma específica.

Palavras-chave: racismo; pandemia; morte; necropolítica.

The pandemic and the concept of necropolitics in Brazil

Abstract: The aim of this study is to analyze the presence of racism as a decisive marker in the multiplication of deaths during the Covid-19 pandemic in Brazil, carried out by the necropolitical project of the government of former president Jair Bolsonaro. In this sense, starting from the health crisis, the pandemic served as a government technology for Bolsonaro's extermination project, impacting vulnerable populations in general and the Black population specifically.

Keywords: racism; pandemic; death; necropolitics.

1. Introdução²

A pandemia nos aproximou da morte. No Brasil, as coisas começaram a acontecer em março de 2020 e nos vimos envoltos em uma série de informações, pensamentos e comportamentos até então incomuns. Distanciamento, máscaras e álcool gel foram palavras muito repetidas. De alguma forma, é preciso um certo exercício de memória para lembrar quando as coisas começaram a voltar ao normal. O presente trabalho tem o objetivo de abordar a experiência de pandemia, com destaque para a presença do racismo, e o aparecimento da ideia da necropolítica como projeto de governo sendo posto em prática no país, sobretudo a partir das ações governamentais brasileiras na gestão do ex-presidente Bolsonaro.

¹ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: arthurlemoscoutinho@gmail.com

² Trabalho elaborado a partir de tese de doutorado: "Racismo, morte e pandemia – o conceito de necropolítica em debate no Brasil", defendida em março de 2026, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2. Crise sanitária e gestão governamental

Conversas sobre um “novo normal” se tornaram comuns diante da crise sanitária. Do ponto de vista do número de infectados e pela quantidade de pessoas mortas, o pico da pandemia aconteceu em março de 2021³, quando foram registradas em média 1500 mortes por dia em determinada semana do mês. Até aquele período, 11 milhões, 125 mil e 17 pessoas já haviam contraído a doença e 268 mil e 568 pessoas haviam morrido em decorrência do coronavírus.

Auxílio emergencial, *lockdown*, vacinação e imunidade de rebanho foram outras expressões massificadas no contexto brasileiro de persistência da doença. Passados 6 anos desde a primeira pessoa infectada, em fevereiro de 2020, e do primeiro óbito, em março de 2020, chegou-se ao número de mais de 39 milhões de pessoas infectadas e a 716 mil e 626 pessoas mortas pela doença, entre março 2020 e setembro de 2025 no Brasil.⁴

Assim, partindo do pressuposto de que a política é a forma de gestão do poder e que a necropolítica é uma espécie de evolução teórico-explicativa do conceito de biopolítica (ALMEIDA, 2021; PIZA, 2022; COUTINHO, 2026), temos que durante o período governamental do ex-presidente Jair Bolsonaro chegou-se a mais completa tentativa e aproximação do necropoder que o Brasil assistiu desde o período de redemocratização.

Estudos e pesquisas sinalizam para essa conclusão e o presente trabalho tem o objetivo de resgatar, aglutinar e corroborar essa percepção. Um primeiro aspecto desta observação se confirma pela dificuldade de pesquisa, reunião, organização e divulgação dos dados oficiais sobre a experiência da pandemia.

Tanto nos dias mais críticos da pandemia, quanto mais recentemente, o acesso aos dados sobre a quantidade de infectados e mortos pelo coronavírus durante a gestão do ex-presidente Bolsonaro não foi totalmente disponível. Entre as ações que dificultaram esse acesso constam: a alteração no horário de divulgação oficial sobre os dados diários de infectados e mortes; a suspensão e retirada dos dados acumulados da pandemia e a indisponibilidade para realização de download das informações divulgadas

³ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/09/covid-19-coronavirus-casos-mortes-09-de-marco.htm?utm>. Acesso em 04 de maio de 2026.

⁴ Ver mais em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 04 de maio de 2026.

no site, impedindo que veículos de imprensa e pesquisadores pudessem analisar e divulgar os dados com precisão. Diante disso, foi criado um consórcio entre veículos de imprensa para promover a coleta, tratamento e divulgação das informações, uma vez que perante as decisões governamentais de Bolsonaro as informações oficiais se mostravam indisponíveis e imprecisas.⁵

Completados seis anos desde a primeira morte no país, um documento construído e divulgado pelo centro de pesquisa SoU_Ciência (Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência) da Unifesp organizou as principais informações e acontecimentos políticos da gestão do ex-presidente. Intitulado Acervo da Pandemia⁶, em sua forma de divulgação, a pesquisa “Necrossistema na pandemia de covid-19 no Brasil: acervo de evidências e mapa multimídia” apresenta um mapa contendo textos, imagens, áudios e vídeos com registros das ações de agentes governamentais, comprovando a ineficiência governamental durante a crise sanitária.

Nesse sentido, ao abordar a pandemia como um “Necrossistema”, o acervo resgata pronunciamentos, falas e decisões de agentes governamentais e do próprio presidente, entre 2020 e 2022, que contribuíram para a disseminação da doença. De modo que a associação entre governamentalidade e a necropolítica se torna inevitável. Nas palavras do Acervo, “um necrossistema é, portanto, formado por um conjunto de instituições e agentes que atuam de forma articulada para controlar a vida e a morte da população, estabelecendo e ampliando seu poder sobre corpos, comunidades e a sociedade”.

Temas como o incentivo ao tratamento precoce, a partir do estímulo do uso de medicamentos sem comprovação científica, acompanhado da suspeição da eficácia da vacinação, contribuíram para a demora de respostas positivas do governo brasileiro e para o impacto negativo da doença no Brasil. Nas palavras do Acervo,

O Brasil, reconhecido mundialmente como modelo por seu Programa Nacional de Imunizações, enfrentou um aumento na hesitação vacinal, alimentada pela desinformação e pela disseminação de teorias conspiratórias. Durante a gestão Bolsonaro, o atraso na aquisição de vacinas agravou o impacto da covid-19 no país, evidenciando como a politização e o negacionismo científico podem custar vidas.

⁵ Ver mais em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-covid-19-de-site-oficial.ghtml>. Acesso em 04 de maio de 2026.

⁶ Ver mais em <https://acervopandemia-souciencia.unifesp.br/>. Acesso em 04 de maio 2026.

Além disso, o persistente questionamento sobre a importância da ciência como fonte de conhecimento confiável, combinado a ideia equivocada de produzir uma imunização por contágio (imunidade de rebanho) só fez aumentar o número de infectados e a desinformação. Isto é, “ao optar por não implementar medidas eficazes, como a compra célere de vacinas e o incentivo ao isolamento social, essa política negligente [imunidade de rebanho] ampliou o impacto da pandemia, colocando vidas em risco, especialmente as mais vulneráveis”. Assim, a rápida disseminação da doença, a sobrecarga de hospitalizações e o não funcionamento de outros serviços de saúde foram consequência imediatas da política de negligência do ex-presidente Bolsonaro.

Referenciado no Acervo, o documento “A Linha do Tempo da Estratégia Federal de Disseminação da Covid-19”⁷ detalha diversos episódios relacionado a crise sanitária no período de fevereiro de 2020 a maio de 2021. O documento se baseou em três tipos de evidências para sustentar a hipótese de que esteve *em curso no Brasil uma estratégia de disseminação da Covid-19 promovida de forma sistemática em âmbito federal*.

A primeira evidência foram os atos normativos assinados pelo presidente da república. A segunda foram os atos de governo, que podem ser ações de omissão ou obstrução relacionadas a condução da crise sanitária, e a terceira evidência foram as propagandas contra a saúde pública. Nessa direção, o documento apresenta os seguintes atos e omissões: estímulo a “imunidade de rebanho” como estratégia de controle da doença por se acreditar numa suposta imunização através da formação de anti-corpos adquiridos com a infecção pelo vírus; incitação à exposição à doença e ao descumprimento de medidas sanitárias de prevenção; banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença; obstrução às tentativas de contenção da doença adotadas por governadores e prefeitos; foco em medidas de assistência em detrimento de medidas de prevenção; ataques aos veículos de imprensa; e consciência de irregularidade de determinadas condutas.

⁷ Ver mais em https://static.poder360.com.br/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v2.pdf. Acesso em 04 de maio de 2026.

3. Necropolítica como tecnologia de governo

Enquanto o Acervo se ocupou em reunir e compilar as falas e pronunciamentos da gestão governamental relacionado ao assunto pandemia, que indiscutivelmente se descontrolou durante o governo Bolsonaro, outros artigos, dissertações e teses também se ocuparam em tratar do tema de forma a relacionar a pandemia com a ideia de necropolítica.

Assim, o ano de 2020 inaugurou uma nova fase de interlocução entre o conceito de Necropolítica e a realidade brasileira. Se até 2019 o estudo sobre o conceito de Necropolítica partia das experiências de violência e opressão contra grupos historicamente marginalizados no Brasil (CAVACA-MOREIRA; PADILHA, 2018; BENICIO et.al., 2018; CAVALCANTI; BICALHO; BARBOSA, 2018; VILELA, 2018; FRANCO, 2018; CARDOSO, 2018; ARAÚJO; SANTOS, 2019), a partir da experiência de pandemia de Covid-19 multiplicaram-se análises agora sob o olhar dos profissionais da saúde.

É o caso do artigo “Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico” de autoria de Santos e Pedro (2020b). Para os autores, o ato de cobrir o rosto com uma máscara que impediria o contágio pela doença de Covid-19, em muitos contextos representou suspeita e desconfiança contra pessoas negras, mais especificamente contra homens negros, uma vez que em ambientes como lojas e comércios isso presentificou o aparecimento de pessoas tidas como “perigosas”, que estavam com o rosto coberto e não poderiam ser identificadas. Assim, “para o homem negro, a máscara, que deveria trazer proteção, acoplada ao seu corpo, produz como efeito a reatualização do imaginário social [...]” (SANTOS; PEDRO, 2020b, p. 11).

Nesse sentido, o artigo instrumentaliza o conceito em seu sentido amplo, ao considerar que “o racismo, motor dessa necropolítica, é o que faz com que até mesmo nos usos de objetos de segurança sanitária, simples máscaras para cobrir a região da mucosa, a possibilidade do morrer se evidencie” (SANTOS; PEDRO, 2020b, p. 13).

No artigo “Pandemia, necropolítica e o real desamparo” de autoria de Ferrari, Januzzi e Guerra (2020), as autoras destacam a relação do conceito construído a partir da biopolítica, mas enfatizam que Necropolítica pode ser também entendido como *o direito de matar*, isto é, “a necropolítica de Mbembe evidencia um novo poder soberano que

define os que podem viver e os que devem morrer” (FERRARI; JANUZZI; GUERRA, 2020, p. 571).

A partir do artigo de opinião publicado por Mbembe no calor da pandemia, intitulado “O direito universal à respiração” (2020), as autoras registram a negligência da gestão governamental do então presidente Jair Bolsonaro que negligenciou cuidados de saúde com populações indígenas e quilombolas, ao vetar a liberação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), em função do possível aumento de despesas públicas. Assim, as autoras concluem que “em uma política que exerce o direito de matar, o que a necropolítica denuncia é que, neste regime, nem todas as vidas importam” (FERRARI; JANUZZI; GUERRA, 2020, p. 572).

De modo similar, o artigo “Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica” de Santos et. al. (2020a), aborda a compreensão sobre *quem pode viver e quem deve morrer*, ao se perguntar “‘Alguns vão morrer?’ Necropolítica e a escolha de quem vive e quem morre” (SANTOS et. al., 2020a, p. 4212). Nesse sentido, os autores compreendem o conceito de Mbembe a partir do “poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística” (SANTOS et. al., 2020a, p. 4212).

Outros trabalhos publicados no período vão na mesma direção de relacionar a ideia sobre *quem pode viver e quem deve morrer* como política de governo deliberada do então presidente Jair Bolsonaro.

É o caso da dissertação de Viana (2022), onde a autora apresenta a trajetória militar de Bolsonaro, sinaliza para a transição entre a carreira militar e a carreira política, e enfatiza a pouca efetividade de propostas e projetos como vereador e deputado federal. Em seu pacote ideológico, Bolsonaro sempre se pautou pela suposta proteção aos militares, bem como pela exaltação de figuras conhecidas por representarem a perseguição, torturas e violações de direitos humanos em ditaduras militares, como é o caso do paraguaio Alfredo Stroessner, o chileno Augusto Pinochet e do brasileiro Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Durante sua gestão presidencial, Bolsonaro flexibilizou o porte e a posse de armas de fogo, em consonância com seu discurso pró-armamentismo. Nesse sentido, Viana (2022) resgata que “a retórica beligerante bolsonarista sempre articulou discursos e

gestos que implicassem a violência e o extermínio. Um gesto que se tornou símbolo de sua campanha é o de ‘fazer arma’ com as mãos” (VIANA, 2022, p. 136). Além disso, diante da grave crise sanitária enfrentada pelo Brasil por ocasião da pandemia de Covid-19, Bolsonaro se mostrou incapaz de planejar estratégias, identificar os riscos, gerir os imprevistos e a apaziguar os efeitos da doença sob a população.

Na pesquisa de Lima (2023), por sua vez, considera-se a aplicação da Necropolítica na gestão governamental de Bolsonaro a partir da análise de portarias ministeriais do Ministério da Saúde, que determinaram o fechamento de fronteiras e a convocação de profissionais da saúde com pouca experiência para a atuação na linha de frente da pandemia.

Nesse sentido, ao observar o impedimento de entrada de venezuelanos nas fronteiras brasileiras, sob a aparente justificativa de defesa da sociedade brasileira contra o contágio do coronavírus, Lima (2023) destaca que o impedimento se deu somente contra o povo da Venezuela, não ocorrendo contra outros povos da fronteira. Isto é, “havia uma exclusão específica com a Venezuela, único Estado com fronteira com o Brasil que estava, naquele momento, em conflito ideológico e político com o governo brasileiro de então” (LIMA, 2023, p. 121). Portanto, para o autor, a necropolítica pode ser observada quando “os corpos que poderiam ou deveriam morrer foram definidos a partir da consideração do imigrante venezuelano [...], enquanto a mortificação dos corpos dos profissionais da saúde pode ser caracterizada por meio de sua transformação em recursos estatais” (LIMA, 2023, p. 122).

De acordo com Braz (2024), “a instrumentalização da correlação entre negacionismo e neoliberalismo como meio de promoção da morte em larga escala foi uma marca do Governo Bolsonaro” (BRAZ, 2024, p. 66). Após enumerar e detalhar as ações do ex-presidente que contribuíram para a materialização da Necropolítica, que vai de discursos desrespeitando as vítimas da doença, passando pela recusa da compra vacinas com antecedência e o desabastecimento de insumos básicos hospitalares, como o oxigênio em Manaus, a recomendação de uso de medicamentos sem comprovação científica e chegando a troca de ministros da saúde em momentos críticos da pandemia, a autora enfatiza: “além das questões ligadas às desigualdades históricas, comuns a outros países, o Brasil ainda teve que suportar a gestão Bolsonaro como fator de risco de exposição ao coronavírus” (BRAZ, 2024, p. 79).

Em função dessa gestão perversa, em abril de 2021 foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações e omissões do Governo Federal relacionadas a pandemia. Após audiências, análises e articulações que duraram cerca de seis meses, em outubro de 2021 foi publicado o relatório final contendo 1238 páginas. Entre tantas coisas, o documento detalha, por exemplo, que o Brasil ocupou o primeiro lugar do mundo em óbitos em 2021, com 408 mil e 333 mortes no referido ano.⁸ E que em termos relativos, o número de óbitos totais até aquele momento representou 12,3% dos mortos, mesmo o Brasil tendo apenas 2,7% da população mundial.

Ainda de acordo com o relatório final, durante os seis meses de CPI foram realizadas 67 reuniões, sendo 58 sessões de oitivas – quando foram chamadas pessoas para prestar informações sobre as investigações –, e todas as oitivas sendo televisionadas pela TV Senado e divulgadas em meios de comunicação. Nesse sentido, foram ouvidas mais de 61 pessoas.

Um dos primeiros temas de análise apresentados no relatório foi a identificação da existência de um *Gabinete Paralelo* na orientação à Bolsonaro sobre a pandemia. Nas palavras do relatório, tal gabinete teve a participação de “médicos, políticos e empresários, que, ao longo dos anos de 2020 e 2021, prestava orientações ao Presidente da República sobre o modo como a pandemia da covid-19 deveria ser enfrentada” (BRASIL, 2021, p. 34), apesar dessas orientações terem sido efetuadas à revelia da participação técnica dos membros do Ministério da Saúde e até sem o conhecimento dos próprios ministros.⁹

Outros temas também foram objeto de análise da CPI, como a imunidade de rebanho, o tratamento precoce, a oposição às medidas não farmacológicas, o atraso na aquisição das vacinas, a crise do estado do Amazonas, a falta de coordenação do governo federal, a questão indígena e quilombola e a desinformação na pandemia (fake news).

Nesse sentido, o relatório apresentou aspectos legais e jurídicos, a descrição dos fatos, a identificação de suspeitos e o indiciamento de pessoas a serem investigadas pelo cometimento de crimes, ilícitos civis e administrativos durante à pandemia. O relatório

⁸ Em segundo lugar esteve os Estados Unidos, com 372.334 mortos, em terceiro lugar esteve a Índia, com 303.296 de óbitos, em quarto lugar a Rússia, com 163.071 e em quinto lugar o México, com 158.574.

⁹ De acordo com declarações de Henrique Mandetta, ex-ministro da saúde, Bolsonaro parecia ter outra fonte de informações, uma vez que o presidente falava sobre cloroquina como tratamento precoce, mesmo sem evidências científicas, e mesmo sabendo que o Ministério da Saúde também não recomendava tais práticas.

chegou ao número de 80 pessoas indiciadas e teve o então presidente Jair Bolsonaro com o maior número de indiciamentos: 11 no total.

Sendo eles: epidemia com resultado morte; infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação – sendo estes 7 primeiros tipificados no Código Penal. Os crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos - tipificado pelo Tratado de Roma; a violação de direito social; incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo; e crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950.

Como conclusões, o relatório informa que foram colhidos elementos de prova suficientes que “demonstraram sobejamente que o governo federal foi omissos e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia” (BRASIL, 2021, p. 1270) e que diante das ações cometidas “o governo federal, que tinha o dever legal de agir, assentiu com a morte de brasileiras e brasileiros” (BRASIL, 2021, p. 1271).

4. Considerações finais

Considerando isto, o que Mbembe aponta com a necropolítica sendo muitas vezes a ação do Estado se transformando numa máquina de guerra, pôde ser verificada no governo Bolsonaro. Uma vez que combina “[...] uma pluralidade de funções. Tem as características de uma organização política e de uma empresa comercial” (MBEMBE [2003] 2018a, p. 55). E diante dos números alcançados durante a pandemia de Covid-19 só na gestão de Bolsonaro, 693 mil e 853 mortes, não resta outra alternativa senão responsabilizá-lo como o maior responsável por não oferecer respostas adequadas para impedir os efeitos maléficos da doença e promover a morte de grande contingente de brasileiros.

Nesse sentido, o conceito de Necropolítica aparece nos trabalhos acadêmicos associado a três objetos de análise principais: primeiro, a Necropolítica enquanto prática direcionada a populações marginalizadas, especialmente pessoas trans e pessoas negras; segundo, a Necropolítica efetivada na experiência da pandemia de Covid-19 e que teve seus efeitos intensificados com o governo Bolsonaro; e terceiro, a Necropolítica como expressão da violência e da morte que se presencia nas periferias brasileiras, ora pela ação do Estado, ora pela ação de organizações criminosas (Coutinho, 2026).

Observando o quantitativo geral de artigos publicados no período chega-se à conclusão de que não diminuíram as correlações com o público-alvo que a Necropolítica tem se direcionado – a população negra –, mas sim que o conceito se amplificou.

Assim, se é verdade que a realidade na Palestina é considerada, nos termos propostos por Mbembe, o exemplo máximo de efetivação do necropoder, propomos como análise histórico-conceitual para a realidade brasileira que a efetivação da Necropolítica e necropoder, representado pelo extermínio de grandes contingentes populacionais, se materializa em dois momentos na realidade brasileira: primeiro, na militarização da vida cotidiana nas periferias brasileiras, que possui a gestão de organizações criminosas e produz operações policiais com alta letalidade; e segundo com o acontecimento da pandemia de Covid-19, mediante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo com o acontecimento das operações policiais no Rio de Janeiro se configurando como importantes sinalizações cartográficas do aparecimento da Necropolítica no Brasil, de forma quase que permanente do ponto de vista temporal, a experiência da pandemia, embora mais curta, combinada com a ausência deliberada de ação governamental, também produziu efeitos de aparente extermínio populacional em larga escala.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Necropolítica e Neoliberalismo**. Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1-10. 2021.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. **Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe**. Revista Direito e Práxis, v.10, n.4, p. 3024-3055. Rio de Janeiro, 2019.

BENÍCIO, Luis Fernando de Souza; BARROS, João Paulo Pereira; RODRIGUES, Jéssica Silva; SILVA, Dagualberto Barboza da; LEONARDO, Camila dos Santos; COSTA, Ademar Ferreira. **Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE**. Psicologia: Ciência e Profissão, 38(n.spe.2), 192-207, 2018.

Brasil. **CPI da pandemia**. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Senado Federal, 2021.

BRAZ, Myllhyans Marjófsefa de Lima. **Negacionismo como método, necropolítica e mistanásia na pandemia de covid-19: no Brasil, a gestão da morte se revela.**

Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas).

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. João Pessoa, 2024.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **Razão bruta: racismo e necropolítica como gestão de uma sociedade em ruínas.** Tese (Doutorado em Serviço Social).

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2018.

CAVACA-MOREIRA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. **Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder,** morte e invisibilização na contemporaneidade.

Texto & Contexto – Enfermagem. Vol. 27, nº2, 2018.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização.** Psicologia: Ciência e Profissão. v. 38 (núm.esp.2.), 175-191, 2018.

COUTINHO, Arthur Lemos. **Racismo, morte e pandemia** – o conceito de Necropolítica em debate no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2026.

FERRARI, Ilka Franco; JANUZZI, Mônica Eulália da Silva; GUERRA, Andréa Máris Campos. **Pandemia, necropolítica e o real desamparo.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. v.23, nº3, p. 564-582, set. 2020.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. **Da biopolítica à negrogovernamentalidade:** um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo, 2018.

LIMA, Vinicius Siqueira de. **Enunciados necropolíticos do ministério da saúde brasileiro sobre a pandemia de covid-19.** Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde). Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde. São Paulo, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: Editora n-1 edições, [2003] 2018a.

PIZA, Suze. **Sequestro e resgate do conceito de necropolítica:** convite para leitura de um texto. Trans/Form/Ação, V. 45, p. 129-148, Edição Especial. Marília, 2022.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos; MACIEL, Fernanda Beatriz Melo; SANTOS, Kênia Rocha; CONCEIÇÃO, Cídia Dayara Vieira Silva da; OLIVEIRA, Rian Silva de; SILVA, Natiene Ramos Ferreira da; PRADO, Nília Maria de Brito Lima. **Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (Supl.2):4211-4224, 2020a.

SANTOS, Lucas Gabriel De Matos; PEDRO, Rosa. Máscara E Homem Negro: **Entre O Contágio E O Racismo Em Um Regime Necropolítico.** *Psicologia & Sociedade*. 32, p. 1-17, 2020b.

VIANA, Shirlen do Nascimento. **Blitzkrieg bolsonarista: uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Letras. Manaus, 2022.

VILELA, Ana Laura Silva. **Violência colonial e criminologia: um confronto a partir do documentário Concerning Violence.** *Direito & Práxis*. Vol. 9, nº 4. Rio de Janeiro, 2018.